ativo(a), cargo Professor, de tempo de contribuição de 02 ano(s), 08 mês(es) e 25 dia(s), por serviço em atividade privada, tendo em vista o(s) requerimento(s) do(a) interessado(a), os cálculos realizados e a inexistência de concomitância, nos termos do(s) art(s). 105, V, da Lei Estadual nº 5.247, de 1991.[1] 2. Ressalto, pois, a observância do Despacho PGE PASUBPREV 28152585 em todos os seus termos, em especial requisições e recomendações nele apostas, inclusive a devolução da(s) certidão(ões) recebida(s) ao(à) interessado(a), uma vez registrada(s), digitalizada(s) e autuada(s), com vistas à regular atuação administrativa. 3. De resto, registro a inversão tumultuária havida na instrução processual, com a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/AL, continuando a autuar documentos antes do pronunciamento desta Coordenação, em desobediência à estrutura organizacional hierarquizada da Procuradoria Geral do Estado - PGE/AL. 4. Ao(À) Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG/AL.

A SUBCOORDENADORA DA PROCURADORIA ADMINISTRATIVA ANA CAROLINA MENEZES CALHEIROS DESPACHOU NA DATA DE 12.08.2025, O(S) SEGUINTE(S) PROCESSO(S):

PROCESSO E:41010.0000019773/2024 INTERESSADO Maria De Lourdes Suica Dos Santos ASSUNTO Pessoas: Adicional de Insalubridade DESPACHO JURÍDICO PGE/PA/SUB-CD Nº 33943202/2025 Nos termos da delegação conferida pela PORTARIA PGE Nº 327/2022, conheço e aprovo o DESPACHO JURÍDICO PGE-PASUBGER 33933429/2025, conclusivo pela possibilidade jurídica de majoração do adicional de insalubridade em seu nível máximo, com efeito financeiro contado a partir da data do laudo pericial - Laudo (31911024), qual seja, 28 de abril de 2025. 2. Ressalto que conforme entendimento firmado pela Procuradora Geral do Estado por meio do Despacho PGE GPG 18282173, no processo: E:02000.0000023287/2022, os efeitos financeiros do adicional de insalubridade são calculados desde a data do Laudo Pericial, com fulcro no entendimento do STJ consolidado no PUIL nº 413/RS[1]. 3. Saliento que o Laudo Técnico que avalia as condições de insalubridade cujo(a) servidor(a) se encontra exposto(a), deve manter-se atualizado, devendo ser refeito com periodicidade anual ou quando houver alteração do meio ambiente de trabalho do(a) servidor(a), tendo em vista que o adicional de insalubridade somente é devido enquanto permanecerem presentes os agentes insalubres que fundamentaram sua concessão. 4. Ratifico a necessidade do encaminhamento do presente processo à SEPLAG ASTPM para homologação do laudo supramencionado, o que fixo como condicionante. Alerto que, no caso dos autos, tendo o relator optado pela aprovação condicionada, a autoridade consulente responde de forma pessoal e exclusiva, pela omissão decorrente de eventual realização de procedimento sem a devida observância das recomendações, cujo cumprimento é requisito do ato de aprovação. 5. À SEPLAG/AL.

PROCESSO E:04104.0000003125/2025 INTERESSADO MARCIO MACIEL DE MORAES ASSUNTO Pessoas: Progressão Horizontal DESPACHO JURÍDICO PGE/PA/SUB-CD Nº 33939238/2025 Nos termos da delegação conferida por meio da PORTARIA PGE Nº 327/2022[1], conheço e aprovo o DESPACHO JURÍDICO PGE PASUBGER 33910312/2025, com as razões nele contidas, conclusivo pela possibilidade jurídica da progressão para a classe "C", do servidor, MARCIO MACIEL DE MORAES, ocupante do cargo de Professor Assistente, matrícula n.º 0050306-6, visto que restaram cumpridos os requisitos do artigo 29, inciso II, da Lei Estadual n.º 7.820/2016 (alterada pela Lei Estadual nº 8.647/2022). 2. Os efeitos financeiros da progressão pretendida para a classe C, deverão ser computados a partir do dia 25/07/2025, data do requerimento administrativo, em que juntados os documentos necessários à progressão pretendida. 3. No caso dos autos, uma vez que a servidora completou o interstício necessário a progressão em 2018, período no qual não havia exigência da realização da avaliação de desempenho como condição para progressão, haja vista que a publicação da Instrução Normativa SEPLAG nº 05/2022, só entrou em vigor a partir de 2022, e passaram a ser estabelecidos os critérios e procedimentos para a realização de avaliações de desempenho voltadas à progressão funcional. Assim, a ausência de avaliação de desempenho no interstício cumprido, decorre de uma lacuna normativa existente à época, haja vista que ainda não havia previsão do sistema avaliativo e do procedimento para avaliação de desempenho, situação que não pode ser imputada ao(a) servidor(a). 4. À UNEAL.

PROCESSO E:41010.0000018434/2024 INTERESSADO Heloisa Araujo Vasconcelos ASSUNTO Pessoas: Adicional de Insalubridade DESPACHO JURÍDICO PGE/PA/SUB-CD Nº 33943138/2025 Nos termos da delegação conferida pela PORTARIA PGE Nº 327/2022, conheço e aprovo o DESPACHO JURÍDICO PGE-PASUBGER 33934145/2025, conclusivo pela possibilidade jurídica de correção do adicional de insalubridade em seu nível máximo, com efeito financeiro contado a partir da data do laudo pericial - Laudo (31654198), qual seja, 11 de abril de 2025. 2. Ressalto que conforme entendimento firmado pela Procuradora Geral do Estado por meio do Despacho PGE GPG 18282173, no processo: E:02000.0000023287/2022, os efeitos financeiros do adicional de insalubridade são calculados desde a data do Laudo Pericial, com fulcro no entendimento do STJ consolidado no PUIL nº 413/RS[1]. 3. Saliento que o Laudo

Técnico que avalia as condições de insalubridade cujo(a) servidor(a) se encontra exposto(a), deve manter-se atualizado, devendo ser refeito com periodicidade anual ou quando houver alteração do meio ambiente de trabalho do(a) servidor(a), tendo em vista que o adicional de insalubridade somente é devido enquanto permanecerem presentes os agentes insalubres que fundamentaram sua concessão. 4. Ratifico a necessidade do encaminhamento do presente processo à SEPLAG ASTPM para homologação do laudo supramencionado, o que fixo como condicionante. Alerto que, no caso dos autos, tendo o relator optado pela aprovação condicionada, a autoridade consulente responde de forma pessoal e exclusiva, pela omissão decorrente de eventual realização de procedimento sem a devida observância das recomendações, cujo cumprimento é requisito do ato de aprovação. 5. À SEPLAG/AL.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Maceió/AL, 12 de agosto de 2025.

ANA CECILIA ALMEIDA MARQUES
Responsável pela Resenha

Protocolo 995038

EDITAL - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
DE PÓS-GRADUAÇÃO - Nº 7/2025- PGE/AL

ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO - DIREITO

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve tornar pública a CONVOCAÇÃO do seguinte candidato aprovado no processo seletivo de estagiários de Pós-Graduação em Direito:

CONVOCAÇÃO

CANDIDATO (A)	VAGA
CARLOS MANOEL DE OLIVEIRA BEZERRA	Ampla concorrência

- Por oportuno, o candidato convocado deve apresentar a documentação necessária à assinatura do termo de compromisso.
- Documentos necessários:
 - Identidade;
 - CPF;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante atualizado de matrícula na Pós-Graduação;
 - Foto 3x4;
 - Título de eleitor;
 - Cópia do certificado de conclusão de curso;
 - PIS/PASEP ou NIT ;
 - Comprovante de Reservista (homem); e
 - Cópia de Certidão de Casamento.
- Os arquivos devem ser encaminhados ao seguinte e-mail: centrodeestudos@pge.al.gov.br
- A documentação deverá ser enviada até o dia 15/08/2025 .
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Gabinete da Procuradora-Geral, em Maceió, data e hora da assinatura eletrônica.

LUIS FERNANDO DEMARTINE SOUZA
Procurador-Geral do Estado, em exercício

PEDRO JOSÉ COSTA MELO
Procurador do Estado
Coordenador do Centro de Estudos

Protocolo 995033

Controladoria Geral do Estado (CGE)

PORTARIA CGE Nº 100/2025.

Dispõe sobre normas acerca da transparência e a publicidade das agendas políticas dos ocupantes de cargos do governo.

A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 8.087 de 11 de janeiro de 2019 que dispõe sobre os procedimentos a serem observados na aplicação da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 que regulamenta o acesso à Informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o art. 64 da Lei 8.087 de 11 de janeiro de 2019, que atribui competência à Controladoria Geral do Estado de órgão central de monitoramento da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo Estadual;

RESOLVE

Art. 1º Esta Portaria recomenda diretrizes sobre a transparência e a publicidade das agendas políticas dos Secretários de Estado e dos agentes públicos ocupantes dos cargos de presidência em empresas e fundações públicas, no âmbito do Estado de Alagoas.

Art. 2º Os agentes elencados no art. 1º disponibilizarão, na rede mundial de computadores (internet), no site oficial do governo, sua agenda de compromissos públicos.

§ 1º Incluem-se na divulgação estabelecida no caput as reuniões realizadas na sede do governo e nas dependências dos prédios públicos onde estão instaladas as demais Secretarias de Estado, Empresas Públicas e Fundações Estaduais.

§ 2º Recomenda-se que os compromissos assumidos sejam confirmados com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, e a confirmação disponibilizada no sítio eletrônico estabelecido no caput.

§ 3º A agenda de compromissos públicos poderá ser alterada, e a atualização será registrada no sítio em que se encontra a agenda no dia seguinte à alteração.

Art. 3º Recomenda-se que a agenda pública contere, no mínimo:

- I - nome do requerente e, se aplicável, o cargo;
- II - local;
- III - data e hora;
- IV - tema sucinto da agenda.

Art. 4º Poderão deixar de ser publicados atos sigilosos imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado.

Parágrafo único. São entendidos como atos sigilosos os que coloquem em risco a defesa e a soberania do Estado, a vida, a segurança ou a saúde da população, a segurança de instituições ou de autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares, e que possam

comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização relacionadas à prevenção ou repressão de infrações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sâmara Suruagy do Amaral Barros Pacheco
Controladora Geral do Estado

Protocolo 994817

Secretaria de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência (SECDEF)

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE

Pelo presente TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, Secretária de Estado, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com respaldo no inciso V, do art. 74 da Lei 14.133/2021, nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 24038.0000000868/2025, RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE para fins de Contratação de serviço de locação de imóvel urbano, abaixo identificado, destinado a suprir as necessidades desta secretaria de estado, conforme demais especificações, também a seguir discriminadas.

1. CONTRATADO:

EMPRESA: MARIZ IMOVEIS LTDA - ME (CNPJ: 03.430.003/0001-53) - Valor total: R\$ 1.200.000,00.

2. CONTRATANTE: O Estado de Alagoas, por intermédio da Secretária de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência.

3. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 60 (sessenta) meses, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. VALOR GLOBAL: O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

6. UG 540038: Secretaria de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência - SECDEF;

PT: 04.122.0004.2001 - Manutenção das Atividades do Órgão;

REGIÃO DO PLANEJAMENTO: 210 - Todo Estado;

FONTE: 0500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

ELEMENTO DE DESPESA: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência de Alagoas

Tereza Nelma da Silva Porto Viana Soares
Secretaria de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência de Alagoas

Protocolo 994675

Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa (SECULT)

PORTARIA Nº 196//2025

Maceió, 12 de agosto de 2025.

A Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa no uso de suas atribuições e prerrogativas legais tendo em vista o que estabelece o Decreto Estadual nº 103.602, de 1º de agosto de 2024, mediante a assinatura do Termo de Adesão à Política Estadual Alagoas Lilás.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Interna Lilás no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, que terá como objetivo implementar, acompanhar e monitorar as ações referentes à Política Alagoas Lilás.

Art. 2º Para compor o referido Comitê, os seguintes servidores farão parte:

I - Pela Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa:

- a) Alessandra da Silva Barros - Assessor de Governança- Mat 190-2, na condição de Coordenador;
- b) Jacqueline Angélica Tenório Costa Trajano, Superintendente Administrativo, Mat 9863982-0, na condição de membro;
- c) Perolína Henriques Lyra, Superintendente de Patrimônio e Diversidade Cultural, Mat 77-9, na condição de membro;

Art. 3º Compete aos Membros do Comitê:

I - Disponibilizar servidores, equipes técnicas e lideranças da pasta para participar das ações formativas da Política, conforme plano de trabalho e percursos definidos pela Secretaria de Estado Da Mulher;

II - Colaborar na mobilização institucional e territorial da Política, apoiando eventos, campanhas, formações e outras atividades voltadas à conscientização, prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres;

III - Sinalizar a adesão à Política em seus espaços físicos e meios institucionais de comunicação, utilizando a identidade visual do Alagoas Lilás, conforme orientações da Secretaria de Estado da Mulher;

IV - Integrar, sempre que pertinente, os dados, serviços e ações da Pasta ao Sistema Interoperacional da Política Lilás, respeitadas as competências legais e os protocolos de segurança da informação; e

V - Contribuir para a disseminação da cultura e enfrentamento às violências contra as mulheres, sensibilizando sua equipe interna e promovendo práticas institucionais alinhadas à equidade de gênero, ao cuidado e à não discriminação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mellina Torres Freitas
Secretária de Estado da Cultura e da Economia Criativa

Protocolo 994814

Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)

Portaria/SEDUC Nº 8.210/2025

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO INTERNA, RESPONDENDO INTERINAMENTE PELO CARGO DE SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas legais que lhe confere a Lei nº 52 de 10 de Fevereiro de 2023, publicada aos 13 de Fevereiro de 2023, que altera a Lei Delegada nº. 48 de 30 de Dezembro de 2022, bem como de acordo com a Constituição do Estado de Alagoas, e o que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº. E:01800.0000007913/2019, RESOLVE:

I. CONVOCAR o SR. RAFAEL FRANÇA PIRES, CPF nº. 047.199.914-83, RG nº. 000000039669114/SSP-AL, Matrícula nº. 18833-6, Cargo de Professor da Rede Estadual de Educação, com última lotação na ESCOLA ESTADUAL THEONIL GAMA 1ª GEE e que atualmente encontra-se em local incerto e não sabido, a comparecer na Supervisão de Pagamento de Comissionados e Efetivos - SPCE SEDUC, localizada à Avenida Fernandes Lima, s/n, Farol (antiga biblioteca CEPAL), das 08:00 às 12:00 h ou das 14:00 às 17:00 h, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação desta Portaria, para tratar de assunto relacionado ao Processo Administrativo Eletrônico nº. E:01800.0000007913/2019. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Maceió/AL 11 de Agosto de 2025.

MARIA GEVAN GOMES TENORIO AMORIM
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO INTERNA, RESPONDENDO
INTERINAMENTE PELO CARGO DE SECRETARIA DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO

Protocolo 994645